
ENTRE *RES PUBLICA*, *VIRTÚ* E *DELETTO*.

**A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE
GUERRA EM MAQUIAVEL**

João Victor da M. Uzer Lima

Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Email: joao_uzer@hotmail.com

ENTRE *RES PUBLICA*, *VIRTÚ* E *DELETTO*. A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE GUERRA EM MAQUIAVEL**BETWEEN *RES PUBLICA*, *VIRTÚ* AND *DELETTO*. THE CONSTRUCTION OF THE CONCEPT OF WAR IN MAQUIAVEL**

João Victor da M. Uzer Lima

RESUMO

Este artigo busca apresentar como os conceitos de *Res publica*, *virtú* e *deletto* se relacionam na construção do pensamento de bélico de Nicolau Maquiavel, e suas relações com os estados. Para tal, foram considerados os três grandes escritos políticos do pensador florentino – O Príncipe, Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio, e A Arte da Guerra –, além de seu contexto histórico, educação humanista e trajetória na república de Florença. Maquiavel procurou aplicar os exemplos da república romana para seu tempo, e construiu suas obras pautando-as em conceitos greco-romanos como *fortuna*, *virtú*, *res publica*, *libertas*, entre outros. Embora sejam frequentemente relacionados às monarquias e às tiranias, os escritos de Maquiavel apresentam uma série de argumentos em defesa da liberdade e da república. E é nesta posição republicana que se manifesta a virtude civil como “patriotismo”, elemento de suma importância para a construção de um estado forte na teoria maquiaveliana.

PALAVRAS-CHAVE:

Maquiavel; res publica; virtú; deletto; humanismo; guerra.

ABSTRACT

This article seeks to present how the concepts of *Res publica*, *virtú* and *deletto* are related in the construction of the idea of war in Niccolò Machiavelli thoughts, and its relations with the states. To do so, the three great political essays of the florentine thinker – the prince, discourses on the first decade of Titus Livius and The Art of War – were considered, in addition to his historical context, humanistic education and trajectory in the Republic of Florence. Machiavelli sought to apply the examples of the Roman republic to his time, and constructed his works guiding them in Greco-Roman concepts like *fortuna*, *virtú*, *res publica*, *libertas*, among others. Although they are often related to monarchies and tyrannies, Machiavelli's writings present a series of arguments in defense of freedom and the republic. And it is in this republican position that civil virtue is manifested as "patriotism", an element of great importance for the construction of a strong state in Machiavellian theory.

KEY WORDS:

Machiavelli; res publica; virtú; deletto; humanism; war.

INTRODUÇÃO

Em 1532 foi publicado o livro *O Príncipe*, um espelho de príncipe escrito pelo florentino Nicolau Maquiavel em 1513. Segundo Norberto Bobbio, “com Maquiavel começam muitas coisas importantes na história do pensamento político” (BOBBIO, 1985, p. 83). Suas obras, em especial *O Príncipe*, são apontadas como as pioneiras acerca das fundações de um Estado (BOBBIO, 2004, p. 55).

Seja em *O Príncipe*, em *A Arte da Guerra*, ou em *Comentários sobre as primeiras décadas de Tito Lívio* – suas principais obras políticas –, Maquiavel resgatou as tradições greco-romanas políticas e filosóficas e viu na *virtú* a matriz última da política. Desta forma, quanto a guerra, Maquiavel – em *O Príncipe* (1532) – afirmou que um governo deveria ter sua própria milícia para defender-se. Sem depender, portanto, de tropas auxiliares ou mercenárias. Estas últimas seriam inseguras (MAQUIAVEL, 2014, p. 54) pois não teriam nenhuma relação com o Estado além dinheiro, sendo, portanto, de pouca *virtú*. Aliado a esta perspectiva, em *Comentários* (1531), é afirmado que a falta de um exército, ou milícia de qualquer natureza, é fruto da falha de seu governante. Um governo precisaria de defesa. E mesmo que seus habitantes não tenham experiência com armas, caberia ao governante providir o treinamento necessário. “Sé faltam soldados onde ha homens, a culpa disto é exclusivamente do príncipe, não do país ou da natureza.” (MAQUIAVEL, 1994, p. 83). E em *A Arte da Guerra* (1521) é apresentado, dentre outras coisas, os perigos de manter um exército regular, as características que definem uma boa milícia, e as formas para recrutamento (MAQUIAVEL, 2012, p. 41).

Sendo um assunto recorrente, as obras de Maquiavel se complementam no trato da guerra. Embora *Comentários* seja uma obra que trate, em sua maior parte, das obrigações de uma república, suas observações acerca da guerra e do militarismo estão em acordo com as expressas em *O Príncipe*, que seria, à primeira vista, uma obra sobre monarquias. E *A arte da Guerra* – sua obra dedicada exclusivamente ao assunto – faz pouca distinção entre os deveres republicanos e monárquicos acerca das funções bélicas, na prática, tenta aplicar as tradições romanas – tanto bélicas quanto políticas e sociais – para a Itália do século XVI.

Observando os diversos usos políticos da guerra, Maquiavel a compreendeu como uma ferramenta para alcançar e, principalmente, para manter o poder. Desta forma a guerra seria caracterizada no pensamento maquiaveliano não como uma fatalidade histórica ou um fato inexorável, mas como um fenômeno político (COELHO; MENEZES, 2013, p. 131).

Portanto, compreendendo que a autopreservação do Estado passava pela habilidade governante de conquistar e administrar, mas principalmente de sua capacidade de se defender, a questão militar toma ponto central na construção da ideia de Estado maquiaveliano.

Todas as artes que se ordenam em uma cidade tendo em vista o bem comum, todas as ordenações criadas para que se viva com temor às leis e a Deus, isso tudo seria em vão se sua defesa não fosse preparada; defesa que, bem-ordenadas, mantém essas coisas, mesmo que estas não estejam bem-ordenadas. Assim, pelo contrário, sem o apoio militar as boas ordenações desordenam-se tal qual os cômodos de um soberbo e majestoso palácio, ainda que ornamentado por pedras preciosas e ouro, quando, sem serem recobertos, não têm nada que os proteja da chuva (MAQUIAVEL, 2012, p. 21)

Diversas obras abordam as ocupações militares nos escritos de Maquiavel. Conforme apresentou Mikael Hörnqvist, muitos comentaristas concordam que o poder militar estava no centro das preocupações maquiavelianas. A atenção prestada pelo florentino nas relações de poderes entre “estados”, e o papel da guerra nestas, também é amplamente reconhecida (HÖRNQVIST, 2010, 112). Aqui, não nos atentaremos unicamente aos usos militares na construção do Estado maquiaveliano, mas também nos conceitos usados pelo pensador na construção de suas ideias.

Em suma, a concepção maquiaveliana acerca do militarismo e da guerra gira em torno de três conceitos: *res publica*, *virtú* e *deletto*. Maquiavel buscou aplicar estes conceitos – e os exemplos de Roma – para seus dias. Assim, definiu as obrigações de um governo para com seu exército, ao mesmo tempo em que caracteriza as obrigações dos cidadãos – ou súdito – com a sua “pátria”.

O MOMENTO MAQUIAVELIANO

Em 1975 o historiador britânico John Pocock usou da expressão *The Machiavellian Moment*, (o momento maquiaveliano) para intitular seu livro acerca do pensamento republicano nas cidades italianas do início do século XVI, e suas conexões com a Guerra Civil Inglesa e com a Revolução Americana. Pocock afirmou que a frase título de sua obra deveria ser interpretada de duas maneiras: 1) Referindo-se a um recorte temporal e temático em que “certos padrões duradouros na consciência temporal dos europeus medievais, e iniciais modernos, levaram à apresentação da república e à participação do cidadão nela como um problema de compreensão histórica” (POCOCK, 1975, p. 7). E 2) O momento,

conceituado em seu tempo, em que o pensamento republicano foi confrontado em seu contexto temporal, político e linguístico, “tentando permanecer moralmente e politicamente estável em um fluxo de eventos concebidos como essencialmente destrutivos de todos os sistemas de estabilidade secular” (POCOCK, 1975, p. 8). Segundo o autor, foi na Florença do século XVI – com o confronto das ideias de “virtude”, “fortuna” e “corrupção” –, que estas dinâmicas se fizeram presentes pela primeira vez.

As cidades italianas da Baixa Idade Média passaram por diversos conflitos militares e diplomáticos. Neste contexto, houve o crescimento de “uma série de discussões políticas que retiravam importantes conceitos e visões de mundo da cidadania antiga, principalmente das cidades-Estados da Antiguidade greco-romana” (OLIVEIRA JUNIOR, 2011, p. 25). Este momento histórico, iniciado no século XV, que é apresentado como de renovação de expressões artísticas ligadas a mudanças de mentalidade com a ascensão da burguesia, foi o reconhecido como Renascimento (SILVA; SILVA, 2009, p. 359).

O termo Renascimento, em um sentido estrito, faz referência ao movimento de retomada da antiguidade clássica em um estudo direto das fontes – na arte, arquitetura e literatura greco-romana. Este movimento é frequentemente caracterizado como uma ruptura, realizada pelos humanistas, com a idade média. Em um sentido mais amplo, o termo refere-se a uma construção medieval fundada na dualidade entre os poderes papais e poderes dos grandes reinados, no âmbito espiritual e no âmbito temporal, (CHEVALLIER, 1998, p. 18).

Peter Burke afirma que a visão de que o pensamento renascentista caracteriza-se por ser um rompimento definitivo com o pensamento medieval trata-se de um mito. Este mito do Renascimento se deu através de uma autoimagem que os acadêmicos e artistas do movimento intitulado renascentista construíram de si (BURKE, 2008, p. 12). Segundo Quentin Skinner, já em meados do século XII havia evidências do surgimento de formas organizacionais políticas e sociais, no norte da Itália, que evidenciariam uma sociedade que perdia suas características feudais (SKINNER, 1996, p. 25).

As cidades [do norte da Itália] haviam desenvolvido uma forma de vida política inteiramente em conflito com a convicção, que então prevalecia, de que a monarquia hereditária seria a única forma correta de governo. Tinham-se tomado, as cidades italianas, “tão desejosas de liberdade” que se converteram em repúblicas independentes; cada uma delas era governada “pela vontade de cônsules mais que de príncipes”, a quem “trocavam [do cargo] quase que anualmente”, a fim de garantir que fosse controlado seu “apetite de poder” e preservada a liberdade popular (SKINNER, 1996, p. 25)

Desta forma, o Renascimento é caracterizado, sobre tudo, como um momento de transição, mas não exatamente de ruptura. Para Burke, “estes homens [renascentistas] deviam mais do que julgavam à ‘idade Média’ que tão frequentemente denunciavam”. (BURKE, 2008, p. 12). De fato, duas das maiores obras literárias deste período estão próximas do pensamento medieval. O “*O Cortesão* de Castiglione aproxima-se das tradições medievais de comportamento e amor cortês assim como de textos clássicos como *O Banquete de Platão* ou *Dos Deveres de Cícero*”. E *O Príncipe*, o tratado político de Maquiavel que “vira deliberadamente do avesso o pensamento convencional, pertence, num certo sentido, a um gênero medieval, aos chamados ‘espelhos’ ou livros de conselhos aos regentes” (BURKE, 2008, p. 14).

Segundo Skinner, o desenvolvimento das ideias políticas neste contexto constituiu, basicamente, de uma reação à “luta pela liberdade cívica” que “foram forçados a travar, por toda a primeira metade do século XV, contra uma série de déspotas belicosos” (SKINNER, 1996, p. 91). Durante os séculos XV e XVI, existiam diversos Estados aumentando e diminuindo, proliferando ou perecendo ao redor de Roma, Veneza, Milão e Florença. Quase sempre estes conflitos eram travados com a ajuda de tropas estrangeiras espanholas ou francesas. Além, os *Condottieris* alugavam as suas tropas de mercenários pela melhor oferta (CHEVALLIER, 1998, p. 27). Por isso, “não espanta encontrar-se uma maior valorização da *vita activa* e a subida de tom nos ataques contra a tirania” (CATROGA, 2011, p. 57), nos escritos políticos renascentistas italianos. Desta forma, a retomada e ressignificação de conceitos políticos greco-romanos associados a liberdade civil e governabilidade – como *res publica*, *libertas*, *virtú*, *fortuna* e outros – é ligada ao contexto de instabilidade política e possível supressão de liberdades civis.

Sendo assim, ressalta Skinner, seria um equívoco apontar Maquiavel como o pioneiro na introdução destes conceitos no campo político do pensamento humanista italiano. Tão pouco seria correto apontá-lo como pioneiro na defesa da tese da necessidade da força militar no campo político. Porém, conclui, não há dúvidas que Maquiavel emprega excepcional ênfase no trato do campo militar e no emprego da força bruta (SKINNER, 1996, p. 150). Mas, Maquiavel foi, acima de tudo, um homem de seu tempo.

A obra de Maquiavel compreende e apresenta de forma explícita a natureza cruel das disputas pelo poder, o que resultou no reconhecimento do autor como um dos pioneiros no chamado “realismo político”. *O Príncipe*, é apresentado como uma das primeiras e mais

influentes obras acerca do como “os Estados têm que colocar em primeiro plano os seus interesses e de seus governantes, manter e ampliar seu poder, inclusive conquistando outros Estados” (PASSOS, 2013, p. 50).

Embora Maquiavel tenha escrito diversas obras em seu tempo de vida – entre tratados políticos, trabalhos historiográficos e mesmo um roteiro teatral –, *O Príncipe* ainda é a sua obra mais comentada. Seu aparente conteúdo amoral legou a Maquiavel uma imagem negativa, sendo apresentado muitas vezes como defensor da tirania (SINGER, 2006, p. 349). No entanto, em suas obras, encontram-se ferramentas para pensar e construir um Estado monárquico, assim como para construir um Estado republicano. Mas, acima de tudo, as obras de Maquiavel apresentam uma defesa da liberdade civil. Em muitos aspectos, o pensamento maquiaveliano apresenta uma convergência entre o pensamento monárquico e republicano, no trato da liberdade (SINGER, 2006, p. 349).

A RES PUBLICA E A VIRTUDE CÍVICA

O termo *res publica* foi usada pelos romanos como forma de definir a organização do poder, buscando uma aproximação com um conceito relativo a *politeia* da cultura grega. Grosso modo, *res publica* refere-se a “coisa pública”, a “coisa do povo”, ao “bem comum”, e a “comunidade”. Ao mesmo passo, reconhece a monarquia, a aristocracia e a democracia (MATTEUCCI, 1998, p. 1107). O termo Estado (*status*), por outro lado, aplica-se para designar o complexo político-administrativo. O *status rei publicae* seria a “situação da coisa pública” ou “estado da coisa pública” (SILVA; SILVA, 2009, p. 115).

Para os clássicos – como Cícero, Tito Lívio e Políbio – a *res publica* imprimiria tanto um significado de “patriotismo” quanto de luta pelo bem comum e pela liberdade. Para Cícero, a *res publica* seria tanto a “coisa pública” quanto a “coisa do povo” (*res populi*). Além, o ideal de “vida civil” seria relacionada ao “bem e justo”. Portanto, para que a concretização da “coisa pública” não fosse ilusória, seria necessário um comprometimento por parte do cidadão com a vida pública (CATROGA, 2011, p. 38). Assim, a *res publica* exigiria o reconhecimento e participação do cidadão.

Políbio, espelhando-se em modelos gregos de Platão e Aristóteles, retomou as três formas institucionais governamentais – a monarquia, a aristocracia e a democracia – e optou pelo sistema misto. Nesta abordagem, a constituição *res publicana* seria fruto de uma mistura

dos pontos positivos dos três sistemas. Que seriam: o poder dos cônsules da monarquia; o senado da aristocracia; e os tributos da plebe na democracia. A superioridade deste modelo misto estaria ligado ao fato dos três componentes vigiarem uns aos outros e atuarem em conjunto (CATROGA, 2011, p. 40).

Segundo Cícero, a república romana teria sido o modelo de governo que melhor “havia concretizado ‘a morada da virtude (*virtus*), do poder (*auctoritas*) e da honra (*dignitas*)’”. A república, teria feito com que aqueles que gozavam de cidadania romana percebessem que foi a constituição e estabelecimento de direitos civis que permitiu construção e crescimento de Roma (CATROGA, 2011, p. 38). Ou seja, teria sido a concretização da “vida civil”, com o comprometimento do cidadão para com “coisa pública”, o segredo da consolidação de Roma. Ainda segundo Cícero, mesmo quando se recorreu a ditadura, a finalidade do governo ainda seria a de procurar pelo bem comum. E além, o caráter ditatorial era previsto como extraordinário, “perdendo a razão de ser logo que se restabelesse a ordem anterior” (CATROGA, 2011, p. 38).

Em suma, para os clássicos, a organização governamental mais “virtuosa” seria aquela que conseguisse equilibrar elementos monárquicos, democráticos e aristocráticos. A *res publica* seria esta mistura moderada que exigiria a participação da plebe e da aristocracia no equilíbrio da “coisa pública”, sendo o mais compatível com as necessidades da *virtude cívica* (CATROGA, 2011, p. 41). Assim a *res pública* não seria um modelo governamental necessariamente oposto à monarquia, mas sim aos governos injustos (MATTEUCCI, 1998, p. 1108).

Ao retomar estas perspectivas, os humanistas, na tradição italiana, compreenderam a educação política e o livre arbítrio como elementos primordiais para a construção de um Estado “virtuoso”. Neste contexto, o crescimento do comércio e da riqueza foi concebido como um fator de corrupção cívica (OLIVEIRA JUNIOR, 2011, p. 26).

A *virtú*, segundo Quentin Skinner, representava para os clássicos uma séria de qualidades como prudência, justiça, fortaleza, temperança e honestidade em manter a palavra dita. E o caminho para alcançar a honra e a glória seria aproximando-se ao máximo destas qualidades (SKINNER, 2012, p. 52). Na república romana um jovem nobre precisaria passar por anos de serviço militar para tornar-se elegível para cargos administrativos. A admissão ao senado era feita através de eleições para a magistratura. Para ser elegível aos cargos de cônsules – o máximo grau de magistratura –, era preciso que o candidato demonstrasse suas

virtus e ganhasse *laus gloria*, ou seja, apresentasse ser “virtuoso”, “louvado” e “glorificado” em seus feitos, sobretudo os militares (DAWSON, 1999, p. 195).

No entanto, a *virtú* não seria característica apenas dos príncipes ou governantes. Para Cícero, um cidadão *res publicano* poderia vir a ser “virtuoso” quando cultivasse pela *res publica* as mesmas noções de justiça e piedade que cultivasse entre seus familiares. Este sentimento seria exteriorizado a partir de uma preocupação com o “estado da coisa pública”, o *status rei publicae*. Por outro lado, este sentimento não deveria ser confundido ou substituído por um desejo egoísta de posse da “coisa pública”. A “virtude cívica” se daria através de sua doação desinteressada e benévola (CATROGA, 2011, p. 42). Portanto, o homem portador de *virtú*, seria aquele cuja preocupação com o “bem comum” e com a “coisa pública” o manteria na atividade pública.

Para Maquiavel, a *virtú* não se caracterizaria como uma qualidade ou fundamento metafísico a ser almejado ou conquistado, mas sim como uma aptidão para encarar as facetas e multiplicidades que caracterizariam o mundo (CATROGA, 2011, p. 64). Portanto, por *virtú*, Maquiavel compreende esta capacidade individual de enfrentar e superar os eventos imprevisíveis. Por outro lado, estes acontecimentos imprevisíveis característicos – tanto do mundo quanto da política –, que fogem ao domínio e vontade dos homens, foram denominadas como *fortuna* (BOBBIO, 1985, p. 87). Assim, Maquiavel apresenta a *virtú* como a característica que permite que alguém encare as diversidades e infortúnios, ou seja, a *fortuna*.

O florentino retoma a concepção de *virtude cívica* e exalta esta característica *respublicana* defendida por Cícero. Em *A Arte da Guerra*, por exemplo, é afirmado que se deveria “compelir os cidadãos a amarem-se uns aos outros, a não participar de seitas, a estimar menos o privado do que o público e outras coisas semelhantes” (MAQUIAVEL, 2012, p. 29).

Maquiavel abre seu espelho de príncipe com a seguinte afirmação: “Todos os domínios que existem sobre os homens são Estados e são ou repúblicas ou principados” (MAQUIAVEL; 2014, p. 9). O termo Estado é usado como substituto para *civitas*, *polis* ou *res publica* (SILVA; SILVA, 2009, p. 115), trazendo consigo as suas inspirações clássicas de “coisa pública”, “coisa do povo” e “bem comum”. Em *Comentários* o florentino expressa como a força e estabilidade de um Estado – tanto interna quanto externamente – vai além da forma militar e passa também pela participação popular e liberdade civil (SINGER, 2006, p.

353):

É útil e necessário que as leis da república concedam à massa um meio legítimo de manifestar a cólera que lhe possa inspirar um cidadão; quando este meio regular é inexistente, ela recorre a meios extraordinários: e não há dúvida de que estes últimos produzem males maiores do que os que se poderia imputar aos primeiros [...] se o povo se engana, os discursos em praça pública existem precisamente para retificar suas ideias: basta que um homem de bem levante a voz para demonstrar com um discurso o engano do mesmo. Pois o povo, como disse Cícero, mesmo quando vive mergulhado na ignorância, pode compreender a verdade, e a admite com facilidade quando alguém de sua confiança sabe indicá-la (MAQUIAVEL, 1994, p. 41 e 32).

Nesta obra Maquiavel toma um partido republicano e defende as liberdades civis, acreditando “que o auge de Roma havia se dado durante a República, enquanto o Império havia significado o começo da decadência” (SINGER, 2006, p. 354). E mesmo no que se refere ao militarismo e a guerra, é apresentado como a participação dos cidadãos é necessária:

Enquanto Roma foi livre, enquanto seguiu os mesmos princípios e manteve suas sábias instituições [ou seja, quanto fora uma república, antes da implementação do império], jamais construiu uma só cidadela para controlar uma cidade ou província [...] O príncipe que pode atuar com um bom exército não tem necessidade de praças fortes; e o que não dispõe de tropas não deve construir fortalezas. Poderá preparar-se contra um ataque com tudo o que é necessário para defesa, e mobilizar a vontade dos cidadãos, o que lhe permitirá resistir ao inimigo tempo o suficiente para negociar ou receber assistência de fora [...] Bons soldados, sem fortificações, bastam para a defesa; sem bons soldados, as praças fortes são inúteis. (MAQUIAVEL, 1994, p. 271 – 272).

Mesmo em sua obra muitas vezes tomada como defensora da tirania, Maquiavel acrescenta trechos em que expressa a importância da participação popular na manutenção do poder. Como aos assuntos referentes a imagem do príncipe, se deve ser amado ou temido (no capítulo XVII); sobre o desarmamento seus súditos e construção fortalezas (no capítulo XX); e sobre a construção e manutenção de milícias (nos capítulos XII e XIII). Nos capítulos X e XXI Maquiavel chega a afirmar que um Estado forte é aquele cujo o príncipe dispõe de defesa militar e é estimado pelo seu povo:

Um príncipe [...] que tenha uma cidade forte e não se faça odiar não pode ser atacado; e, mesmo que fosse atacado, o atacante partiria humilhado [...] E a quem replicasse ‘se o povo tiver suas possessões fora e vê-las arder, não terá paciência, e que logo assédio e os interesses próprios farão esquecer o príncipe’, respondo: um príncipe poderoso e motivador superará sempre todas essas dificuldades, dando aos súditos ora esperança de que o mal não se prolongará, ora temor da crueldade do inimigo (MAQUIAVEL, 2014, p. 50).

Na perspectiva de Maquiavel, as disputas pelo poder e o equilíbrio das tensões em uma cidade limitariam as ações de um príncipe forçando-o a pautar por objetivos republicanos. E este caráter republicano de Maquiavel já havia sido evidenciado por Rousseau

em *O Contrato Social*, publicado em 1792: “Tratando de dar lições aos reis, ele deu lição aos povos. O Príncipe de Machiavello, é o livro dos republicanos” (ROUSSEAU, 1999, p. 86). Em suma, no pensamento maquiaveliano, poderoso príncipe – e forte estado – é aquele que é estimado entre seu povo e não volta seus súditos contra si. E, uma forma de um príncipe manter-se estimado está na realização de grandes feitos, mas também na liberdade civil, como descrito no capítulo XXI:

[O príncipe] deve providenciar para que seus cidadãos possam exercitar quietamente as suas atividades, no comércio e na agricultura e em todas as atividades humanas; e que não tema o cidadão de prover as suas possessões por temor de que lhe sejam tomadas, e o outro de abrir um negócio por medo dos impostos, mas deve o príncipe propor prêmios a quem queira fazer essas coisas e a qualquer um que pense, qualquer que seja o modo, em ampliar a sua cidade ou o Estado (MAQUIAVEL, 2014, p. 102).

Portanto, mesmo em *O príncipe*, Maquiavel apresenta como a força de um Estado vai além das necessidades bélicas e carece de uma liberdade civil. A mobilização de súditos ou cidadãos seria portanto de suma importância para manutenção do poder (CATROGA, 2011, p. 64). As noções de “coisa pública”, “coisa do povo”, “bem comum”, “comunidade”, “liberdade civil”, “vida civil”, entre outros aspectos de participação política expressas dentro do conceito clássico de *res publica*, fazem parte da construção deste Estado. E mesmo no campo da guerra, para Maquiavel, a *res publica* representa um fator de suma importância, pois é no cuidado da “coisa pública”, pelo cidadão, que mora a *virtude cívica*. Esta última, elemento essencial para um bom soldado.

VIRTÚ E DELETTO

Logo ao início de *Discursos* é definido que todo homem é naturalmente mau:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um estado, e promulga suas leis, parte do princípio que todos os homens são maus [...] Se esta malvadeza se oculta durante um certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não revelou (MAQUIAVEL, 1994, p. 29).

No entanto, ressalta Newton Bignoto, Maquiavel não explicita ou define o que é tomado como maldade, o que sugeriria que sua aplicação seria em um senso comum, de forma que o leitor não necessitaria de muita explicação para compreender. Por outro lado, a maldade natural ao homem não é debatida por Maquiavel em termos morais, mas sim políticos. A passagem demonstra como Maquiavel não afirma que todo homem deve considerar sua

maldade natural ao conduzir sua vida, mas sim que os legisladores – “os que escrevem sobre política” e “quem estabelece a forma de um estado” – não devem esquecê-la (BIGNOTO, 2008, p. 92).

Outras características igualmente associadas ao homem são a ambição e o desejo. Nestes casos, para Maquiavel, por vezes o desejo não é compatível com a capacidade de alcançar o desejado. Assim, como resultado, surgem frustrações e desgostos pelo que já é possuído. “Uns querem possuir mais, outros temem perder o que já ganharam: daí o atrito e a guerra, que por sua vez provocam a destruição de um império para servir à elevação de outro” (MAQUIAVEL, 1994, p. 121). O desejo e a ambição são colocados com tamanha força na natureza humana que é afirmado que os homens se interessam mais por riquezas que por honrarias (MAQUIAVEL, 1994, p. 123).

Desta forma, mesmo que o exercício militar fosse compreendido como uma prática de tamanha *virtú* capaz de alçar homens da vida privada para a vida pública (MAQUIAVEL; 2014, p. 65), sua prática como arte ou profissão não era vista por Maquiavel como benéfica. Ao contrário, aquele que buscava a guerra não era visto como um “bom homem”.

Sendo esta [a guerra] uma arte mediante a qual os homens não podem viver dignamente seja em que tempo for, ela não pode ser usada como tal senão por uma república ou um reino [...] jamais será julgado bom aquele que pratique algo que, para lhe ser útil a qualquer tempo, obrigue-o a ser rapace, fraudulento, violento e possuir muitas qualidades as quais necessariamente não o façam ser bom (MAQUIAVEL, 2012, p. 31)

No capítulo XII de *O Príncipe* é afirmado que existem quatro formas de milícias com as quais se defendem um Estado: As próprias, as mercenárias, as auxiliares, e as mistas. No entanto, de todas, apenas a primeira seria confiável. As chamadas armas próprias são descritas como as formadas por súditos ou cidadãos. Portanto, seriam aquelas com uma *vita civile*, de uma raiz ético-cívica, em um sentimento de pertencimento proporcionado pela “coisa pública”. Sem estas, Maquiavel afirma que “nenhum principado é seguro; antes é todo dependente da *fortuna*, não havendo *virtú* que o defenda fielmente na adversidade” (MAQUIAVEL, 2014, p. 63). Desta forma, se não existe um corpo de cidadãos portadores de *virtude cívica*, o Estado encontra-se desprotegido, pois não teria ninguém disposto a lutar por ele (SINGER, 2006, p. 353).

A experiência florentina com a rebelde Pisa serviu de exemplo para os escritos de Maquiavel. A cidade havia se rebelado em 1496 e desde então resistira as tentativas de

reconquista. Desprovida de exército próprio, os florentinos lançavam mão da contratação de mercenários e de tropas suíças como auxiliares. Porém, os mercenários desertaram e as tropas suíças se amotinaram por falta de pagamento. O resultado deste fracasso levou Maquiavel – que então ocupava o cargo de segundo chanceler – com urgência à corte de Luís XII da França (SKINNER, 2012, p. 16). Sobre mercenário, Maquiavel escreveu:

São desunidos, ambiciosos, sem disciplina, infiéis; valentes entre amigos; entre inimigos, vis; não temem a Deus, não confiam na palavra do homem; com eles, tanto se retarda a ruína como se retarda o ataque; e na paz é espoliado por eles, na guerra pelos inimigos. A razão disso é que não têm outro amor nem outra causa que os tenha em campo de batalha, que um pouco de salário, o qual não é o suficiente para fazer com que queiram morrer por ti (MAQUIAVEL, 2014, p. 55).

O que as armas próprias apresentavam de superioridade era justamente sua fidelidade à “coisa pública”. Para Maquiavel, assim como para Cícero, o amor pela “coisa pública” e suas leis aproxima-se de um “amor à pátria” (CATROGA, 2011, p. 58). Portanto, o corpo armado ideal seria aquele composto por cidadãos ou súditos, mas que também cultivasse um amor pela “coisa pública”. Assim, ao lutar não o fariam por glória pessoal, por profissão ou pelo soberano, mas sim pela preservação da “coisa pública” e das liberdades por ela proporcionadas

O exército que não tem pela causa por que deve combater uma afeição que transforme cada soldado num partidário entusiasta, tampouco terá coragem para resistir a um inimigo que demonstrar a menor bravura. E como este vínculo de devoção só pode existir entre um país e seus cidadãos, é necessário, para governar e manter um Estado – seja republicano ou monárquico – armar o povo (MAQUIAVEL, 1994, p. 141)

Desta forma, mais importante que ter boas armas e volumoso exército é tê-lo leal, não só ao príncipe, mas à “coisa pública”. Portanto, grosso modo, um bom soldado seria aquele provido de *virtude cívica*. Esta última, por sua vez, se daria através de um amor pela “coisa pública”. No entanto, mesmo as armas próprias apresentam suas deficiências.

Para Maquiavel, como dito acima, a república rerepresentava o auge da civilização romana, enquanto o império representava o início de sua decadência. Entre os séculos V e I a.C, o exército da república romana ainda não havia se profissionalizado nem era permanente, o que significa que nos períodos em que não havia guerras, seus membros voltavam às suas terras e desempenhavam suas profissões de origem (GARRAFFONI, 2006, p. 49). Este é um aspecto exaltado por Maquiavel para afirmar como a guerra não deve ser tomada como profissão:

No tempo em que a república viveu imaculada, jamais um cidadão eminente

pretendeu, mediante esse exercício [a guerra], aproveitar-se dos tempos de paz, desrespeitando as leis, espoliando as províncias, usurpando e tiranizando a pátria [...] Aqueles que eram capitães, contentes com o triunfo, com volúpia voltavam-se à vida privada, e os subordinados despunham as armas com mais desejo ainda do que as empunhavam; e cada um voltava a sua arte mediante a qual tocavam as suas vidas [...] Em Roma, portanto, enquanto foi bem-ordenada, não houve nenhum soldado que tomasse esse exercício por arte. (MAQUIAVEL, 2012, p. 34–35)

Maquiavel chega a afirmar que a manutenção prolongada dos mesmos comandantes a frente do exército romano, no lugar de promover uma rotatividade, foi uma das causas da destruição da república. Conforme as tropas se distanciavam de Roma em suas incursões, e conforme o tempo de comando era estendido, os generais ganhavam mais e mais a afeição de seus soldados. Desta forma, “com o tempo, o exército só reconhecia o seu chefe, esquecendo a autoridade do senado” (MAQUIAVEL, 1994, p. 376). O que, em linhas gerais, apresenta como a lealdade dos soldados já não estaria ligada à “coisa pública”, mas sim ao seu comandante.

Assim, são apresentadas as desvantagens de manter um exército permanente. Além de dispendioso, um corpo armado acostumado a viver de fazer guerra é definido como perigoso, afinal: “força o rei ou a promover sempre mais guerra, ou a lhe pagar sempre, ou a viver sob o perigo de lhe tomarem o reino” (MAQUIAVEL, 2012, p. 36). Portanto, uma milícia de cidadãos – possuidores de uma *virtude cívica*, que não almejam a glória pela guerra e que só pegam em armas para defender a “coisa pública” – seria o melhor modelo de força armada. E o primeiro passo para construí-la seria através de uma seleção, ou *deletto*.

A expressão *deletto* é uma forma italianizada do latim *delectus*, que vem de *deligo*, ou seja, “escolher” ou “selecionar”. É usada para referenciar um recrutamento ou seleção para tropas. Esta seleção seria feita a partir do Estado, independentemente dos indivíduos (ZORZO, 2015, p. 101). Em linhas gerais, *deletto* é definido como a ação de “subtrair os melhores de uma província e ter o poder de escolher tanto os que querem quanto os que não querem combater” (MAQUIAVEL, 2012, p. 40). No entanto, só seria possível efetuar esta “seleção” em províncias sob os domínios do príncipe ou da república. Caso almejasse realizá-la além, só estariam à disposição aqueles que quisessem combater, uma vez que não haveria aparato legal que obrigasse os demais (MAQUIAVEL, 2012, p. 40).

Esta primazia pelos súditos ou cidadãos na seleção de seus soldados foi apresentada em *O Príncipe* ao definir que a melhor milícia seria a composta por armas próprias. Esta “seleção” seria, portanto, para subtrair os melhores dentre estes. Entre vários

critérios para efetuar a “seleção” – idade, força física, província de origem, profissão, entre outras –, Maquiavel dá preferência à “prova de *virtú*” (MAQUIAVEL, 2012, p. 47). Esta seria observável devido as experiências e obras de um indivíduo.

No entanto, segundo o florentino, ao “selecionar” um soldado se deveria também atentar aos “bons costumes e ao fato de que nele haja honestidade e pudor, caso contrário escolhe-se um instrumento de escândalo e um princípio corruptor” (MAQUIAVEL, 2012, p. 47). Desta forma, mesmo os cidadãos de pouca idade e, conseqüentemente com poucas obras e experiência, poderia estar harto ao *deletto*. Retomando mais uma vez o conceito de *virtú*.

Ter a autoridade para “selecionar” aqueles que não desejam a guerra é o que caracterize o *deletto*, pois seriam estes homens que comporiam a melhor milícia. Os deixar de lado, ou “selecionar” aqueles que desejam a guerra, seria um *deletto* de má qualidade, ou mesmo deixaria de ser denominada como tal.

Aqueles que não são teus súditos e que voluntariamente combatem não são os melhores, ao contrário, são os piores de uma província, porque são os escandalosos, os preguiçosos, os sem freios, os sem religião, fugitivos da autoridade do pai, blasfemadores, jogadores, mal-educados todos os que querem combater, e cujos costumes não podem ser mais contrários aos de uma boa milícia. Quando tais homens te são oferecidos numa quantidade que ultrapassa o número que planejaste, podes escolhê-los; mas, com tal matéria ruim, o *deletto* não pode ser bem-sucedido. Mas muitas vezes acontece de o número deles ficar abaixo do que precisa; de modo que, sedo forçado a pegar todos, não se pode chamar mais isso de *deletto*, e sim de assoldadar. (MAQUIAVEL, 2012, p. 41)

Em suma, para Maquiavel, o *deletto* seria um aparato legal e legítimo do governante – da república ou do principado – para selecionar, entre seus súditos ou cidadãos, aqueles indivíduos que fossem mais propensos a construir uma milícia adequada. Não só fiel à *res publica* e seus planos, mas também portadora de *virtú*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maquiavel procurou aplicar e ressignificar alguns conceitos greco-romanos para a Itália de seu tempo, com o objetivo de solucionar seus problemas. Assim, a *res publica* seria a forma de governo ideal; a *virtú* seriam a matriz máxima da vida política; e o *deletto* a forma ideal de selecionar aqueles que fariam a defesa da *res publica*. Portanto, os três conceitos se encontram na construção do militarismo maquiaveliano de forma complementar.

O Estado maquiaveliano – tanto monárquico quanto republicano – engloba os elementos cívicos *respublicanos* clássicos de “coisa pública”, “vida civil”, “bem comum”,

“coisa do povo”, entre outros. E, retomando a noção de Cícero de amor à “coisa pública” como semelhante a um amor à “pátria”, Maquiavel defendeu a necessidade de uma participação civil na manutenção do Estado. É este vínculo com a “coisa pública”, por parte do súdito ou cidadão, que torna um Estado forte. É através do amor pela *res publica* que se manifestaria a *virtude civil*. Sendo este último elemento essencial na construção de uma milícia ideal.

Bons cidadãos (portadores de *virtude cívica*) são aqueles que compreendem as leis, servem seu “país” e colocam os interesses públicos acima dos privados. São aqueles que percebem que os direitos que gozam são garantidos pelas leis, pelo Estado (HÖRNQVIST, 2010, 120) ou soberano. Portanto, bons soldados são aqueles que não fazem guerra por glória, dinheiro, profissão, arte, ou qualquer outro benefício, mas o fazem por sua moral cívica, seu dever para com a “coisa pública” e respeito pelo soberano.

Desta forma, através da “prova de *virtú*” se deveria “selecionar” aqueles dentre os súditos ou cidadãos que não desejariam combater. Assim, seria obrigação do Estado estar preparado para a guerra, mas deveria recrutar e esquarterar os homens certos. O *deletto* não se resume a contratar os homens mais belicosos, mas sim os homens de *virtú* (MAQUIAVEL, 2012, p. 40).

Em linhas gerais, a dicotomia entre *virtú* e *fortuna* – que permeia o pensamento de Maquiavel –, suas influências *respublicanas* romanas e suas observações no seu período de chancelaria, moldaram o pensamento político e políticas de recrutamento e treinamento do florentino. O Estado maquiaveliano compreende a guerra como elementos centrais para a manutenção do bem-estar do Estado. Justamente por isso que é contra a existência de um exército regular profissional. Afinal, em tempos de paz, a manutenção das tropas subtrairia uma parte considerável da receita. Além, haveria o perigo de um golpe de estado no caso de um desentendimento entre os comandantes do exército e o soberano (MAQUIAVEL, 2012, p. 36). Grosso modo, a defesa de um Estado – seja monárquico ou republicano – deve repousar sempre nas mãos do povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIGNOTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. **ANALYTICA**, Rio de Janeiro, vol 12 nº 2, 2008, p. 77-100.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília: Editora UNB. 1985.

_____. **Estado Governo e Sociedade**, por uma teoria geral da política. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra. 2004.

BURKE, Peter. **O renascimento**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, Lda. 2008.

CATROGA, Fernando. **Ensaio republicano**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

COELHO, Maria Francisco Pinheiro; MENEZES, Marilde Loiola de. A política da guerra em Maquiavel. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº12. Brasília, setembro - dezembro de 2013, pp. 127-153.

DAWSON, Doyne. **As origens da guerra no ocidente**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército E.,1999.

GARRAFFONI, Renata Senna. Guerras Punicas. in: MAGNOLLI, Demétrio. (org) **História das Guerras**. São Paulo, SP. Contexto. 2006

HÖRNQVIST, Mikael. Machiavelli's military project and the Art of War. In: NAJEMY, John. **The Cambridge Companion To Machiavelli**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. **A arte da Guerra**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

_____. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **O Príncipe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MATTEUCCI, Nicola. República. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

OLIVEIRA JUNIOR, Carlos Mauro de. O Humanismo comercial e as querelas das liberdades. **Escritas**, Volume 3. 2011. pp 24 – 42.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Breves notas sobre a recepção das ideias maquiavelianas no pensamento militar e na teoria das relações internacionais. **Tempo da**

Ciência, Volume 20. Número 40. 2º semestre de 2013. pp 47 – 70.

POCOCK, John. **The Machiavellian moment**. West Sussex: Princeton University Press, 1975.

ROUSSEAU; Jean-Jaques. **Do contrato social**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto. 2009.

SINGER, André. Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo. 2006.

SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.

_____. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZORZO, Douglas Antônio Fedel. **Maquiavel e a função política da guerra**. Dissertação (mestrado em filosofia) Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, PR, 2015.

Artigo recebido em março de 2018. Aprovado em dezembro de 2018.